

## CACIQUES MULHERES E CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO VALE SANFRANCISCANO – BAHIA

Gisele das Chagas Costa<sup>1</sup>  
Regina Celeste de Almeida Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo discute a construção de territorialidades indígenas sob a perspectiva de gênero. Com o objetivo de compreender as experiências contemporâneas de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades no Vale Sanfranciscano, Bahia, apoia-se em uma abordagem geohistórica e qualitativa, considerando a interpretação do processo e a atribuição de significados aos fenômenos estudados. O esforço em compreender as territorialidades indígenas vivenciadas a partir da categoria gênero emerge da própria realidade socioespacial investigada: em 68% das Terras Indígenas (TI) abrangidas pelo estudo existe pelo menos uma cacique mulher. Refletir sobre as experiências políticas vivenciadas pelas caciques em seus espaços de atuação, dentro e fora de suas comunidades e seus possíveis reatamentos na construção de antigas e novas territorialidades, é o caminho escolhido para discorrer sobre o tema tratado.

**Palavras-chave:** Territorialidades Indígenas; Gênero; Território; Vale Sanfranciscano.

### CHIEFS WOMEN AND TERRITORIALITIES CONSTRUCTION IN THE SAN FRANCISCO VALLEY – BAHIA

### ABSTRACT

This article discusses the construction of indigenous territoriality under a gender perspective. With the objective of understand the contemporary experiences of chiefs women in the construction of territoriality in their communities in the San Francisco Valley, Bahia, it support on a geohistórica and qualitative approach considering the interpretation process and attribution of meaning to the phenomena studied. The work to understand the indigenous territoriality experienced from the gender category emerges from own space reality investigated: in 68% Indigenous Lands by the study there is at least one woman chief. Reflect about the political experiences of the caciques in their respective spaces, within and outside their communities, and its possible repercussions in the construction of old and new territorialities, is the path chosen to discuss the theme.

**Keywords:** Indigenous territorialities; Gender; Territory; San Francisco Valley.

**JEL:** J15;J16

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) pela Universidade Salvador (UNIFACS). Bolsista CAPES e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS/ UNIFACS). E-mail: gcceduc@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Geografia. Profa. Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS). Líder do Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS/ UNIFACS). E-mail: regina.souza@unifacs.br



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões sobre o papel de caciques mulheres na construção de territorialidades indígenas do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia. A emergência de lideranças indígenas femininas nas últimas décadas tanto como caciques como em outras funções de representatividade em suas comunidades vem aumentando significativamente, o que indica uma maior dinamicidade dos papéis femininos junto ao seu Povo com rebatimentos visíveis na construção de territorialidades.

Tendo como objetivo compreender as experiências contemporâneas de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades, a metodologia pauta-se na abordagem qualitativa, considerando que sua base é a interpretação do processo e a atribuição de significados aos fenômenos estudados. Esse texto apresenta discussões e resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que teve início no ano de 2012, por ocasião da III Expedição Rio São Francisco: Cultura Identidade e Desenvolvimento<sup>3</sup>.

Tal Expedição, caracterizada como pesquisa exploratória multidisciplinar, desvelou a multiculturalidade presente nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do vale, proporcionando o contato com algumas comunidades indígenas, reterritorializadas na área abrangida pelo estudo.

Nos municípios baianos de Muquém de São Francisco, Ibotirama e Serra do Ramalho, foram visitadas Terras Indígenas (TI) Kiriri, Tuxá e Pankaru. Na ocasião, as comunidades visitadas despertaram especial interesse investigatório, por apresentar algumas especificidades, a principal delas a presença de uma cacique mulher na TI Kiriri Barra, em Muquém de São Francisco, apontando uma nova perspectiva de atuação social das mulheres indígenas em suas comunidades e na sociedade envolvente.

---

<sup>3</sup> As expedições científicas ao rio São Francisco ocorrem como uma das estratégias metodológicas do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, que desde 2007, realiza estudos de caráter multidisciplinar no Vale Sanfranciscano, no Estado da Bahia. Esse projeto está vinculado ao Grupo de pesquisa em Turismo e Meio Ambiente (GPTURIS) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS. A 3ª Expedição percorreu os municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Carinhanha durante o período de 09 a 18 de julho de 2012 e teve como um de seus objetivos, a identificação das mudanças e permanências verificadas no vale a partir de uma expedição hidráulica ocorrida em meados do século XIX na qual participou o engenheiro, geógrafo e etnógrafo Theodoro Sampaio [1855-1937], sendo este o referencial basilar do projeto (SOUZA; COSTA, 2015).

As TI do Vale Sanfranciscano agrupam, muitas vezes, mais de uma etnia, não sendo necessariamente os territórios originais desses povos. Cabe ressaltar que durante os primeiros ciclos econômicos do Brasil colônia, sertanistas faziam incursões no interior do território brasileiro em formação, tomavam de assalto territórios indígenas, desmantelando a sua organização socioespacial e levando a população sobrevivente do conflito para outros locais, aglomerações urbanas ou fazendas, para trabalharem na condição de escravos ou serviçais (MONTEIRO, 1994).

Os jesuítas também foram responsáveis por reorganizações espaciais de povos indígenas, os aldeando em missões no Nordeste. Esses povos se adaptando em novos contextos socioespaciais, buscaram, inclusive, se reorganizar ao longo do Vale Sanfranciscano, em terras mais úmidas e férteis. Porém, com a expansão da pecuária no Vale comandada pela Casa da Torre (BRASILEIRO, 2000), os povos indígenas aí residentes tiveram seus territórios invadidos e expropriados pelos grupos colonizadores produzindo um conjunto de “choques territoriais” gerando, em consequência, “novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas” (LITTLE, 2002, p. 04).

Quando se lança um olhar acurado sobre a trajetória de violência impingida sobre os povos indígenas nordestinos (e também no Brasil como um todo) verifica-se que a mistura étnica e aculturação fizeram parte de uma longa política voltada para extinção desses povos e, na impossibilidade desta, na assimilação e homogeneização da população.

A negação da diversidade étnica no país fez parte do discurso acadêmico e oficial por vários séculos, sendo paulatinamente revertida principalmente a partir da segunda década do século XX, quando o movimento indígena ganhou força e começou a atuar em redes regionais e nacional alcançando, em alguns casos, uma abrangência internacional.

Ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 consolidou-se o movimento indígena no Brasil, também denominado por Baines (2008) de ativismo político indígena, com um marco na Constituição de 1988, onde ocorreu o abandono de uma perspectiva assimilacionista e integracionista e o reconhecimento dos “direitos originários” dos índios sobre suas terras, além do reconhecimento dos

mesmos com o direito de ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, podendo dispensar a FUNAI em tais ações. (BAINES, 2008).

Com a promulgação da Constituição brasileira intensificou-se a luta desses povos pela regularização e posse definitiva das terras, onde se constata um percurso que envolve a sua retomada identitária, com conseqüente empoderamento – premissa para construção de territorialidades.

O território para os povos indígenas é a base material de uma luta secular pelo direito à diferença, e, mais recentemente, para a retomada identitária. Identidade e território estão intrinsecamente relacionados, pois através da reafirmação identitária, diversos povos indígenas vêm pleiteando a posse definitiva a antigos ou novos territórios, com base na Constituição que preconiza a reprodução de suas práticas socioespaciais “[...] necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988, Art. 231, § 1.0).

No que diz respeito a participação feminina no movimento indígena, Matos (2012) sinaliza dois momentos, onde inicialmente as mulheres indígenas assumiam um papel de complementariedade à luta de lideranças masculinas. A autora pontua a diversificação da atuação de organizações indígenas e as políticas de financiamento para demandas indígenas com diretrizes atendendo especificidades de gênero, como propulsores de um maior protagonismo feminino dentro do movimento, com a incorporação da “perspectiva de gênero em sua agenda política nesses últimos anos” (MATOS, 2012, p. 148). A autora complementa:

Mediante a atual situação de supervalorização da esfera pública no contexto das relações interétnicas e intergrupais e os conseqüentes desajustes nas relações de gênero, as mulheres indígenas passaram a se preocupar, cada vez mais, em ocupar os diversos espaços públicos, tanto no campo de ação da política indigenista como também da política indígena. (op cit, p. 147 – 148).

O esforço em compreender as territorialidades indígenas vivenciadas a partir da categoria gênero emerge da própria realidade socioespacial

investigada: das 19 TI<sup>4</sup> localizadas nos trechos médio e submédio São Francisco no Estado da Bahia, 13 têm a presença de pelo menos uma cacique mulher<sup>5</sup>, perfazendo 68% das TI. Refletir sobre as experiências vivenciadas pelas caciques em seus espaços de atuação, dentro e fora de suas comunidades e seus possíveis rebatimentos na construção de antigas e novas territorialidades, é o caminho escolhido para discorrer sobre o tema tratado.

Ao trazer a questão de gênero para a análise territorial indígena, cabem algumas considerações. Silva (2009, p. 13) através de vasta revisão bibliográfica sobre a categoria gênero e Geografia questiona os "pressupostos epistemológicos da perspectiva científica branca, masculina e ocidental" defendendo a necessidade de pesquisas que ultrapassem tais pressupostos, favorecendo, inclusive, "a construção de visibilidades de grupos sociais e fenômenos que foram negados e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial: negros, índios, mulheres [...]. A historiografia brasileira evidencia as ausências e silêncios desses grupos no discurso científico." (op cit , p. 14).

A referida autora critica a produção geográfica brasileira quanto à abordagem de gênero, apontando a escassez da produção científica nacional, com poucos estudos ocorridos na década de 1980, enquanto que em países anglo-saxões a produção sobre a temática remonta há mais de 30 anos.

Silva (2010, p. 08) corrobora a questão dos silenciamentos e as negações de um fazer espacial ao enfatizar em suas investigações uma "geografia dos vencidos", de "povos negros e indígenas que tiveram seus territórios sobrepostos no avanço das forças produtivas na organização do território brasileiro".

Assim posto, este texto inicia com uma discussão preliminar sobre a geohistória da questão territorial indígena no Nordeste, apresentando em seguida os caminhos de reafirmação identitária transcorridos pelo movimento indígena. Busca-se também uma rápida discussão conceitual em torno da categoria de análise território sob a perspectiva geográfica, situando a mesma

---

<sup>4</sup> O levantamento foi realizado utilizando dados do IBGE (2012), da FUNAI (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>) e da pesquisa em campo (2012 – 2015).

<sup>5</sup> Em uma TI podem coexistir dois ou mais caciques, não existindo uma regra fixa nas TI estudadas.

no contexto dos povos tradicionais, para, com isso, refletir sobre as territorialidades em curso nas TI investigadas, inserindo na discussão a categoria gênero por ser essa um elemento aglutinador dos processos territoriais em curso nas áreas pesquisadas.

## **2 GEOHISTÓRIA DO ESBULHO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA BAHIA**

A compreensão do atual cenário político e territorial no qual os povos indígenas na Bahia encontram-se inseridos requer a análise das causas geohistóricas que levaram a perda de seus territórios e de parte de sua identidade étnica.

A conquista do território e formação do Brasil se deu, entre tantos outros processos violentos, através de uma geopolítica que envolveu a tentativa de extermínio dos povos ameríndios preexistentes a chegada dos colonizadores europeus.

Sendo necessário efetivar a colonização das terras doadas pela coroa portuguesa, desocupar os sertões dos “gentios” era premissa para garantir a empreitada e novas pastagens e terras para o plantio. Nesse sentido, o Rio São Francisco foi o principal vetor de colonização no sertão baiano, garantindo “a expansão de frentes pioneiras de criação de gado, que tinham no território que margeia o grande rio uma pastagem natural apropriada para o criatório extensivo” (NASCIMENTO, 1995, p. 67).

Três políticas específicas, aplicadas em períodos diferentes, porém com sobreposições temporais, materializaram as tentativas de extermínio dos povos indígenas, tanto em território baiano como no Brasil em formação: a guerra justa, a conversão e a mistura étnica. (ARRUTI, 1995)

Os primeiros séculos de colonização brasileira, marcados pela violência impingida contra os povos tradicionais através das guerras justas, conseguiram apenas “plantar manchas de civilização, ilhas pastoris, comerciais ou de subsistência, que existiam [por um período] para depois submergirem no nada ou na selvageria dos tapuias ou dos quilombolas” segundo Arruti (1995, p. 63) ao complementar que a “frente de expansão [territorial] nunca foi única, mas sim múltipla e complexa” (op cit.).

Santos e Silveira (2005), ao proporem uma periodização do território brasileiro, denominam esse longo período marcado por sucessivas tentativas de interiorização nos sertões de “meio técnico”, o qual sucedeu o meio natural. Afirmando que “por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional” (op cit., p. 27), expressa o primeiro período como “os tempos lentos da natureza” com a presença humana forçosamente se adaptando aos sistemas naturais.

No segundo período verifica-se uma convergência de olhares entre esses autores e Arruti (1995) no que diz respeito a fragmentação durante a colonização no território:

[...] os diversos meios técnicos gradualmente buscam atenuar o império da natureza [...] a mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina [...] na produção definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. (SANTOS; SILVEIRA, 2005)

O Brasil arquipélago, portanto, se relacionava com uma lógica demandada do exterior, com diversas tentativas de formação de zonas econômicas e a criação de famílias e gerações de cidades (op cit.), distribuídas na faixa litorânea e pontos de ocupação humana, mais ou menos permanentes, no interior do território em formação.

Nesse contexto, as guerras justas buscaram legitimar a ação colonial de guerra contra os diversos povos indígenas, plantando ilhas interioranas de ocupação humana. Pautada em um modelo medieval criado durante as cruzadas para combater os infiéis mouros e que tornava a guerra moralmente aceitável para a igreja e opinião pública europeia, tal estratégia, além de buscar suprir mão-de-obra para as atividades econômicas, uma vez que “as atividades econômicas dos colonos eram movidas por numerosos plantéis de escravos índios, aprisionados em frequentes expedições para o sertão” (MONTEIRO, 1994, p.108); também limpava os sertões dos índios bravios e que retardavam o projeto de expansão territorial do império.

Assim, verificam-se diversos registros de expedições de apresamento no período, com despovoamento das terras indígenas originalmente ocupadas,

dizimação em massa em função de crises epidemiológicas e o início de uma grande mistura de etnias indígenas.

Como estratégia para a reprodução da força de trabalho, as expedições de apresamento mostravam-se eficazes, uma vez que distanciavam o índio de suas origens geográfica e social. De fato, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o apresamento representava a principal forma de criar, manter e até aumentar a população cativa, esboçando-se um forte paralelo com o papel exercido pelo tráfico de escravos africanos no mesmo período. (MONTEIRO, 1994, p.108)

A política de conversão dos índios manteve o objetivo maior da conquista de terras e homens (ARRUTI, 1995), os quais deveriam ser amansados e adestrados nas técnicas agrícolas por missionários (jesuítas, franciscanos, posteriormente capuchinhos e oratorianos). Reunidos em territórios exclusivos “normalmente uma légua em quadro” (op cit., p. 64), percebe-se que nesse momento histórico cria-se a base territorial para a mistura étnica dos Povos indígenas no Nordeste e na Bahia.

Parte desses aldeamentos indígenas foram doados pela Coroa Portuguesa às famílias aldeadas e, atualmente, uma expressiva parcela da população indígena recorre à memória e registros orais de seu povo para regularização da TI e desintrusão de não índios do local, como por exemplo, entre os Kiriri de Banzaê e os Pankararé de Glória.

Data de meados do século XVII os primeiros aldeamentos jesuítas no Vale Sanfranciscano, no entanto, as tentativas tornaram-se infrutíferas pois o Rio São Francisco foi o principal vetor de povoamento dos sertões, e o ataque aos aldeamentos era rotineiro nesta época, uma vez que “preferencialmente, os colonos atacavam as populações indígenas ligadas às missões jesuíticas, pois estes já se mostravam habituados à rotina e aos valores da cultura ocidental.” (SOUSA, 2014)

Tal política de conversão criou, em parte, a base para as emergências étnicas que se verificaram a partir do início do século XX, na medida em que reuniram contingentes populacionais indígenas de várias etnias, favorecendo o casamento entre povos diversos, e também criou novas bases territoriais, ainda que nas mesmas estes povos permanecessem tutelados às ordens religiosas.

No final do século XVIII entra em ação a terceira política indigenista, com a clara proposta de entender os povos indígenas como residuais e fadados a assimilação pela sociedade nacional.

Em função das disputas entre jesuítas e fazendeiros de um lado [...] e das tentativas de reordenar as formas econômicas na colônia de outro [...] é retirado o poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, em 1755. [...] Em 1758 ordena-se a transformação dos aldeamentos em vilas [...] e em 1775, passa-se a incentivar os casamentos mistos [...] (ARRUTI, 1995, p. 65).

Oliveira (1993) destaca que a política da mistura étnica objetiva a assimilação física e cultural dos índios, homogeneizando a população, através de casamentos entre índios e não-índios. Para acelerar o processo de aculturação indígena, a administração pombalina<sup>6</sup> incentiva e orienta a ocupação não-indígena dos aldeamentos (ARRUTI, 1995), originando, a partir de então a presença de não-índios nos territórios atualmente contestados pelos índios.

A bibliografia histórica sobre os índios nos primeiros séculos reflete o preconceito contra esses povos e percebe-se uma clara política de silenciamento de sua história de luta e permanência na contramão dos processos hegemônicos coloniais.

Monteiro (1994), pesquisando as diversas estratégias que os grupos indígenas desenvolveram ao longo dos séculos buscando reverter o quadro opressivo no Brasil colônia, exemplifica o movimento de resistência, o qual se desdobrou em movimentos de protestos e resistência e na estratégia considerada pelo autor como a mais eficaz e que “residia na fuga coletiva e na reconstituição da sociedade em regiões além do alcance dos sertanistas brancos e mestiços” (MONTEIRO, 1994, p. 115).

Apesar dos povos indígenas não terem permanecido passivos ao longo de séculos de violência, o final do século XIX assiste a mais um capítulo de esbulho de seus territórios residuais, principalmente no Nordeste. Cunha

---

<sup>6</sup> No período de 1750 a 1777 Marques de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro em Portugal e das inúmeras medidas administrativas relacionadas ao Brasil – principal colônia portuguesa – pode ser citada a expulsão dos jesuítas da metrópole e de suas colônias, por considera-los o principal obstáculo ao desenvolvimento de Portugal. Para Salles e Salles (2013, p. 196) essa medida marca o “fim de uma política indigenista que durou mais de dois séculos e que tinha nos missionários, sobretudo os jesuítas, seus principais representantes”. Os aldeamentos são transformados em vilas com a aplicação de uma política assimilacionista dos povos indígenas.

(2012) ressalta que com a Lei de Terras (1850) parte das vilas indígenas nordestinas (outrora aldeamentos) fora incorporada às terras do Estado por se constatar que restavam poucos índios, os demais já integrados à população local.

Nesse sentido, Arruti (1995, p. 66) sintetiza as políticas de extermínio dos povos indígenas no país:

Depois de quebrada a resistência militar dos indígenas e de serem eles introduzidos na lógica colonial pelas missões, era possível partir para sua mestiçagem, estratégia mais eficaz de encaminhá-los ao desaparecimento. Nesse último momento, vale ressaltar, os argumentos já não eram apenas de caráter fundiário, em que se acusava a presença de poucos índios para redução ou agrupamento de aldeias, mas de caráter comportamental, onde se avaliava se aquelas populações continuavam aparentando ou não serem indígenas, depois de toda uma longa política de conversão e mistura; se elas continuavam ou não realizando suas tradições, depois de serem tantas vezes reprimidas pelos poderes locais.

Nesse jogo de forças onde de um lado, as políticas voltadas para a “proteção do índio” com a visão da transitoriedade de tal condição, e, do outro com os movimentos de resistência indígena e organização dos povos, o início do século XX assiste a um paulatino “ressurgimento” dos grupos étnicos, denominado por Barth (1969) de etnogênese e que será tratado a seguir.

### **3 REAFIRMAÇÃO ÉTNICA, AFIRMAÇÃO TERRITORIAL**

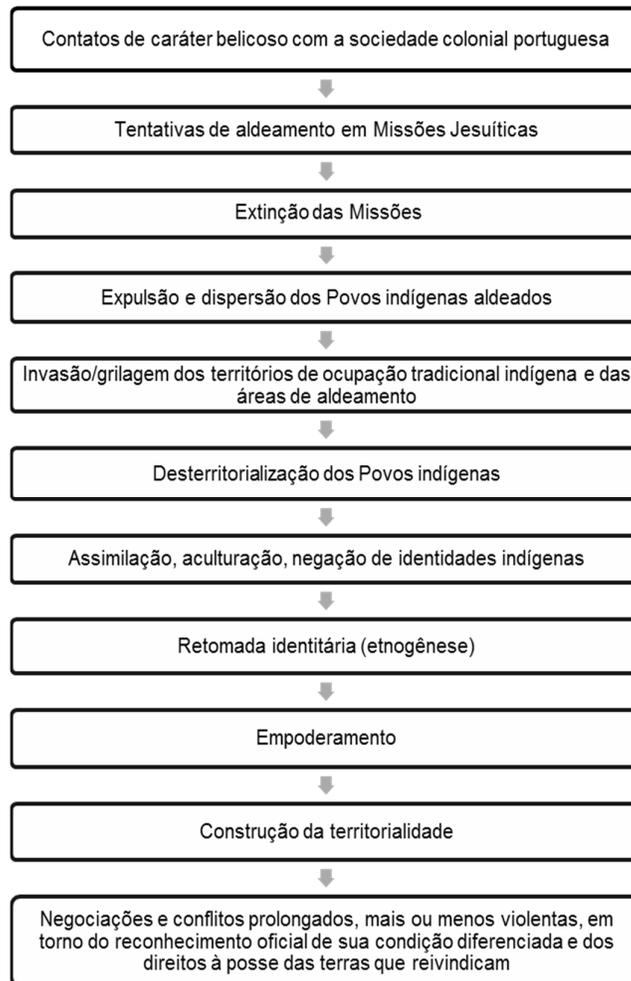
O perfil socioeconômico de parcela significativa dos povos indígenas na Bahia, agrupados em reservas indígenas ou não, pouco se distinguem da população sertaneja de baixa renda (IBGE, 2012): vivem parcialmente de subsídios governamentais, possuem escolarização incompleta, se dedicam a atividades econômicas do setor primário com nível precário de mecanização e utilização de insumos, com baixo rendimento, consumo familiar da produção e venda do excedente. Além desses aspectos, foram historicamente aculturados e perderam total ou parcialmente o conhecimento de sua língua original.

Assim, as lutas e conflitos pela posse definitiva da terra (delimitação, declaração e homologação das reservas indígenas) inicialmente se confunde com outros movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra, por exemplo) em busca do território mínimo (HAESBAERT, 2011), que garanta a manutenção material e a reprodução de seu modo de vida.

Um marco para o movimento indígena, como já foi mencionado, é a Constituição Federal de 1988, que apresentou avanços no reconhecimento dos povos indígenas, o que fortaleceu a organização de diversas etnias em prol da posse definitiva das terras historicamente ocupadas, ou acesso a novas terras.

Após séculos de tentativas de anulação cultural desses povos, observa-se uma retomada identitária, também denominada por Goldstein (1975 *apud* OLIVEIRA, 2006) de etnogênese, onde “a descontinuidade que instaura os povos indígenas não é uma consequência de uma diferença cultural, mas sim uma produção da instância política, calcada em fatores históricos”. Pode-se sintetizar tal percurso dos povos indígenas da Bahia através do esquema apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Síntese da geohistória dos povos indígenas no Nordeste



Fonte: Adaptado a partir da bibliografia pesquisada, 2013.

A questão da identidade tratada por Barth (1969 *apud* OLIVEIRA, 1993), também ressalta a natureza política da mesma. Para o autor, um grupo étnico não é assim designado por sua base cultural, dado que a cultura tem uma dinâmica têmporo-espacial; e sim pelos critérios que considera válidos e, que geram o sentimento de pertencimento pelos integrantes do grupo étnico.

Complementando, Arruti (2006, p. 51) afirma que a etnogênese envolve a construção de uma “autoconsciência e identidade coletiva contra uma ação de desrespeito com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos”, neste caso, o objetivo fundamental dos povos indígenas é o direito aos territórios historicamente ocupados ou a novos territórios.

Tal retomada identitária não ocorre de modo homogêneo entre todos os povos indígenas, ainda que é possível observar percursos similares sendo tomados e aplicados a situações particulares, que envolvem cada grupo social.

Arruti (1995) faz referência a uma importante associação entre índios Fulni-ô e um órgão público apresentando a tese da construção de uma rede de emergências étnicas a partir de então. Vale retomar o ponto de que a grande dificuldade dos povos indígenas nordestinos serem reconhecidos como tais, ocorre em função da grande miscigenação. As políticas do início do século XX traziam o entendimento do índio dentro de padrões culturais diferenciados do restante da sociedade brasileira.

Os Fulni-ô, ao recorrerem ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - em operação entre 1910 e 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – garantiram a demarcação de suas terras, por manterem os sinais diacríticos que os diferenciavam em relação a população regional: mantinham a língua original e preservavam grande parte de suas tradições religiosas, com manifestações espirituais vetadas para os de fora.

Com essa vitória, outros grupos étnicos recorreram ao SPI e também conseguiram a demarcação de seu território. Esse movimento original teve repercussões em rede que tendem ao regional, na visão do autor (*op cit.*).

Diversos percursos revelam a ressignificação do universo simbólico e cultural pelos diversos povos indígenas, como, por exemplo, a prática ritualística do Toré, o qual representa uma das manifestações de um conjunto

de crenças e práticas religiosas denominadas complexo ritual da jurema. Nascimento (1994, p.08) sinaliza a importância e funcionalidade de tal prática ritualística na “estruturação do grupo étnico, enquanto forma de organização política de seus agentes”.

Atualmente o Toré é realizado por todos os povos indígenas da Bahia, ainda que cada grupo o faça de acordo com suas tradições, podendo executá-lo de acordo com os ritos antigos, como é o caso dos Pankararu Entre Serras sob a liderança da Cacique Ilda (pesquisa de campo, 18 – 21 abril de 2015); ou por empréstimo de outros grupos étnicos, tais como os Kiriri de Mirandela (Banzaê), que reaprenderam a prática dos Tuxá de Rodelas em meados da década de 1970.

Como grupos étnicos que passaram por processos de aculturação durante séculos, as práticas ritualísticas retomadas, mesmo que distintas das praticadas ancestralmente, remetem a um passado comum, fortalecendo o “ser índio” e favorecendo um reconhecimento social, incluindo o Estado, de seus direitos inalienáveis sobretudo pela posse definitiva dos territórios historicamente ocupados ou de novos territórios pleiteados.

Tal retomada identitária leva ao empoderamento dos povos indígenas, fortalecendo o movimento indígena no país. O mesmo está relacionado com o desenvolvimento da consciência social e capacidade de participação em espaços privilegiados de decisões em prol da conquista dos direitos sociais, possibilitando a superação da “dependência social e dominação política” (PEREIRA, 2006).

O movimento indígena já abordado em texto clássico de Darcy Ribeiro (1979) faz referência aos “movimentos de afirmação de singularidades étnicas orgulhosas de si mesmas” (RIBEIRO, 1979, p. 596), apontando a abrangência deste em todo mundo, e a reivindicação do “comando autônomo de seu destino” (op cit), o qual só é possível com uma base material de sustentação ao arcabouço ideológico, étnico e cultural, que é o território.

#### 4 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE TERRITÓRIO ENQUANTO BASE MATERIAL DOS POVOS TRADICIONAIS

*“Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social [...]”*  
(HAESBAERT, 1999, p. 185-186)

O território, aqui entendido como “relações sociais projetadas nos espaços” (SOUZA, 2006, p. 87), mais do que substrato material capaz de garantir a organização e (re)produção espacial, precisa ser analisado por sua natureza simbólica, sua apropriação, onde se manifestam as marcas do vivido, daquilo que foi e é (re)significado por um ou mais grupos sociais.

O sentido de território para as comunidades tradicionais reveste-se de forte carga simbólica, impregnado do sentido de identidade, pois, como afirma Santos (1999, p. 08)

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Silva (2004, p. 07) ao pesquisar questões territoriais do Povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios – AL, conclui que território e povo indígena não podem ser dissociados, sendo o primeiro a “própria identificação enquanto povo, enquanto essência de ser e existir no mundo”, e a sua utilização constrói a identidade do grupo étnico.

Assim posto, a identidade dos povos indígenas, cunhada com signos, referências e influências resgatadas da memória oral de cada povo, ou tomada de empréstimo de outros grupos próximos, seus “parentes”<sup>7</sup>, é uma identidade territorial, ou seja, uma “identidade social definida fundamentalmente através do território” (HAESBAERT, 1999, p. 172), em uma relação de apropriação tanto ideológica como concreta, onde o espaço geográfico apropriado, feito território, torna-se premissa para a identificação social (op cit).

---

<sup>7</sup> No movimento indígena, os índios se referem aos “parentes” como os outros índios que não aqueles de sua comunidade étnica, mas que constituem parte dos Povos Indígenas do Brasil, participantes do movimento indígena em prol dos direitos indígenas.

A noção de apropriação, de uso do território foi discutido por Haesbaert, resgatando a análise de Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2004) sobre o “espaço feito território” e a sua dupla conotação: enquanto substrato material em uma dimensão puramente material, funcional (valor de troca) e outra, simbólica (valor de uso), onde se registram as marcas do vivido, daquilo que foi e é resignificado por um ou mais grupos sociais.

A categoria território traz em sua acepção outra categoria, de uso corrente nas ciências políticas e sociais. Trata-se da categoria poder, apropriado na análise territorial não apenas como o tradicional poder político, abordado pela Geografia Política enquanto mecanismo engendrado no interior do Estado-Nacional como garantia de manutenção de sua base física, de suas fronteiras.

O poder, no sentido mais concreto está afeito a dominação (o aproxima poder de território em seu verbete latino – *territorium*, cujo significado indica uma porção de terra apropriada), trazendo em seu bojo a ideia de dominação – poder do Estado; interdição – controle territorial e demarcação – fronteiras dos Estados Nacionais (RAFFESTIN, 1993).

Em um sentido simbólico, que importa na presente reflexão, o poder está afeito a apropriação, ao valor de uso, enquanto que em um sentido mais concreto e funcional, ao valor de troca, de dominação, conforme destaca Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2005, p. 6775)

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

Essa discussão tem especial relevância na presente investigação na medida em que questões territoriais pesquisadas junto a segmentos tradicionais da sociedade só podem ser suficientemente apreendidas através da noção de espaço-tempo vivido numa perspectiva múltipla, diversa e complexa de território (HAESBAERT, 2005, 2006, 2011), o que se distingue de uma perspectiva reducionista e unifuncional de análise territorial, afeita a

escola clássica da Geografia Política, e que interessa sobretudo a lógica capitalista hegemônica e seus propósitos de reprodução material.

Ao se considerar o território em sua dimensão simbólica (valor de uso), opõe-se à lógica territorial dominante, em uma sociedade globalmente mercantilizada, onde a “primazia das relações e valores sociais está vinculada à acumulação de capital” (HAESBAERT, 1999, p. 170).

As sociedades tradicionais vivenciam um território multifuncional, através de uma noção de espaço-tempo vivido, como já dito, numa perspectiva múltipla, diversa e complexa. A perspectiva da complexidade pode ser compreendida na contribuição de Morin (2005) o qual assevera que “é preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2005, p. 85).

## **5 CACIQUES MULHERES E PERCEÇÃO TERRITORIAL: TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO**

Os reordenamentos territoriais indígenas em curso no Vale Sanfranciscano, assim como os demais, não apenas na Bahia ou Nordeste, mas em todo território brasileiro, são continuamente engendrados pelo tensionamento estabelecido entre o Estado e seus interesses e aqueles que se manifestam por segmentos da população que tiveram suas histórias, culturas e geografias negadas em um processo colonizador hegemônico.

A análise geográfica desses reordenamentos pode ser melhor realizada através da utilização da categoria territorialidade, dado o seu duplo caráter material e simbólico. Nesse sentido a contribuição de Raffestin (1993) auxilia na delimitação do fenômeno em questão porque entende a territorialidade como a emergência de um sistema tridimensional que envolve sociedade, espaço e tempo, com o objetivo de emergência de formas autônomas de apropriação espacial, considerando as limitações do próprio sistema.

Souza (2006) traz também uma interessante contribuição no entendimento da territorialidade ao enfatizar a mesma enquanto território apropriado – com seus atributos naturais e socialmente construído – o qual

gera raízes e identidade, não sendo possível compreender as características socioculturais do grupo sem vincular as mesmas aos atributos do território (SOUZA, 2006).

A compreensão da territorialidade tendo como premissa a apropriação territorial (material e simbólica), possui uma base biológica, sendo cunhada originalmente por Howard (RAFFESTIN, 1993) referindo-se ao comportamento de determinadas espécies em seus habitats, onde um indivíduo de um grupo delimita uma área com fins de garantir suas funções vitais – abrigo, alimentação e reprodução.

Ora, no campo da Geografia o conceito extrapola a simples relação indivíduo-território, pois considera a interação social como estruturante das espacialidades sociais (SOUZA, 2006). E tais estruturações são possíveis quando ocorre de fato o empoderamento do grupo social, o qual só poderá ser considerado legítimo, quando as relações entre os sujeitos que atuam no território, com interesses determinados, não forem baseadas na dominação e na coerção.

Sack (1983, p.56), ao conceituar a territorialidade humana, afirma que a mesma configura-se como *“the attempt by an individual or group to influence, affect, or control objects, people, and relationships by delimiting and asserting control over a geographic area. This area is the territory”*.

Para o autor (op cit) a territorialidade, derivada do território e acrescida das dimensões política, econômica e culturais, é uma estratégia *“to create and maintain much of the geographical context through which we experience the world and endow with meaning”*. (op cit, p. 63)

Esse “experimentar o mundo” se relaciona com uma perspectiva contemporânea de poder que, segundo Johnson (1997) deve ser entendido como *power-to* (poder-de), distinto de dominação ou subordinação, característica do poder-sobre, o qual hierarquiza as relações de poder, com o uso justificável da violência.

O “poder-sobre” focaliza a competição, já o “poder-de” destaca o potencial de cooperação, colaboração, consenso e igualdade que emerge do grupo social. Tal perspectiva emancipatória do poder concorre para a

compreensão dos processos de empoderamento emergentes e que, por sua vez, constituem-se como condição para construção da territorialidade.

O empoderamento é compreendido por Perkins e Zimmerman (1995 *apud* HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 485) como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”.

Horochovski e Meirelles (2007) indicam que tal definição se aproxima da noção de autonomia na medida em que indivíduos e comunidades responsáveis controlam suas vidas, participando “[...] democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos [compreendendo] criticamente seu ambiente” (op. cit., p. 485).

Para Wallerstein e Bernstein, (1994 *apud* BAQUERO, 2012) o empoderamento pode se dar em três níveis: individual, quando ocorre mudanças comportamentais; organizacional, quando determinada organização busca participativamente oportunidades e recursos; e em nível comunitário, quando estão em foco mudanças sociais e a estrutura social e política.

Tais níveis correlacionam-se entre si na medida em que se percebe que em uma comunidade, ao emergir processos de conscientização de sua realidade material e cultural busca organizar-se politicamente, em prol da efetivação daquilo considerado necessário pelo grupo, o que terá um rebatimento sobre o indivíduo, com possíveis mudanças comportamentais.

Baquero em revisão bibliográfica através de Zimmerman (2007, *apud* BAQUERO, 2012) aponta que o empoderamento pessoal se dá em um processo contínuo entre o fortalecimento intrapessoal (autoestima, experiências significativas) e o interpessoal, imbricado com os níveis organizacional e comunitário, na medida em que é relacional, “resultando da percepção que os sujeitos têm de/em suas interações com ambientes e pessoas” (op. cit., p. 177).

Tais interações se manifestam em redes de sociabilidade, as quais permitem a construção de referenciais com os quais o sujeito e grupos sociais ordenam o mundo.

Nessa perspectiva, emergem as lideranças femininas nas comunidades indígenas empoderadas na condição de caciques, função que, no Brasil, há menos de 50 anos era exercida exclusivamente por homens.

Castells (2008) pontua o empoderamento feminino como resultante da sociedade em rede e um marco incontestável da ascensão do protagonismo feminino, resultante das novas formas de interações sociais características do atual período histórico.

No que tange a maior participação feminina entre populações indígenas, deve-se tomar os devidos cuidados quanto a compreensão da atuação dessas mulheres no contexto do movimento feminista.

Matos (2010), ao discorrer sobre a evolução histórica do movimento feminista explicita que a inclusão de uma diversidade identitária e étnica ("diferenças intragênero") é característica da "terceira onda" do feminismo<sup>8</sup>, a partir dos anos 1990, onde se critica o movimento centrado na perspectiva da mulher branca.

No Brasil essa terceira fase do movimento coincide com o processo de redemocratização brasileira e a vigorosa participação das mulheres no movimento indígena, em torno da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Justamente nesse período, onde também intensifica-se o movimento indígena, emerge a presença da mulher indígena em um contexto social mais amplo. Inicialmente, a sua participação fora de um contexto restrito a esfera doméstica ocorreu com o objetivo de "apoiar o movimento [indígena] dos homens" (MATOS, 2012, p. 141) e a sua atuação de forma secundarizada, com atividades de suporte tais como cozinha comunitária e outras atividades domésticas (op cit).

Nesse contexto de trocas coletivas, Matos (2012, p. 148), em pesquisa sobre a participação de mulheres da Amazônia Legal em movimentos indígenas, destaca que elas tiveram a "oportunidade de circular nos ambientes

---

<sup>8</sup> Resumidamente, a primeira onda do feminismo – que teve início no final do século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX – se caracteriza pela luta pelos direitos políticos, incluindo o direito ao voto, e a segunda onda – entre as décadas de 1960 e 1980 – tem como marca a "luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer" (MATOS, 2010, p. 68)

coletivos dos encontros e vivenciar experiências intergrupais e pluriétnicas, o que lhes permitiu ampliar suas perspectivas sociais e políticas de participação tanto na aldeia como no campo do indigenismo”; criando e fortalecendo, a partir de então associações que inicialmente trabalharam com demandas gerais do movimento e posteriormente com aquelas específicas, tais como sexualidade e saúde reprodutiva, violência doméstica, entre outras.

Nas comunidades indígenas investigadas do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia, existem especificidades que podem indicar um caminho para compreensão da quantidade e importância das caciques mulheres em tais comunidades. A com maior tempo de liderança como Cacique é a Sra. Maria Kiriri, perfazendo 26 anos de cacicado (entrevista direta, 2015), ou seja, desde 1989, um ano após a promulgação da nova Constituição brasileira, em um momento histórico onde as mulheres indígenas do norte do país estavam amadurecendo sua atuação no movimento indígena.

A primeira especificidade, já tratada nesse texto, refere-se ao fato de que no Nordeste as relações dos povos indígenas com a sociedade não índia remonta o próprio processo de formação e consolidação do território brasileiro, com forte carga de aculturação sobre os primeiros, portanto, as trocas e amálgama com a cultura e sociedade envolvente favoreceram outras construções e representações de gênero com reestruturas dos papéis para homens e mulheres.

Há de se refletir, também, sobre as políticas de ordenamento territorial no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX, entre elas se destacam as relacionadas ao reassentamento de diversos grupos sociais, tais como sem-terra, índios, quilombolas e ex-barrageiros. Observa-se que o modelo de desenvolvimento territorial na região do médio e submédio São Francisco, com formas de acesso à terra através de projetos de reforma agrária, de crédito fundiário, de delimitação de terras quilombolas e indígenas (OLALDE, OLIVEIRA, GERMANI, 2007) vem valorizando as terras da região, com a implantação de projetos de irrigação e outros incentivos de ação governamental desde a década de 1970, o que tem densificado o espaço com objetos técnicos voltados sobretudo para uma agricultura irrigada direcionada a exportação.

Aos grupos familiares de pequenas propriedades, os povos tradicionais reterritorializados, cabe o questionamento sobre os processos de territorialização em curso, pois, como indica Haesbaert (2011), a mesma pode se dar de forma precária, incluindo aí processos de desterritorialização na mobilidade e também na imobilidade, esta última ocorrendo quando, apesar do acesso a terra, não se tem acesso a infraestrutura, instrumentalização técnica e insumos necessários para se garantir a subsistência e reprodução física e cultural no novo território.

Esse processo de engessamento, denominado por Martins (1997) de inclusão social precária ou territorialização perversa, demonstra que mesmo com acesso garantido a terra, a mesma não basta, pois existe aí uma contradição envolvendo o território e “vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (op. cit, p. 15).

Se, de um lado a intensificação da presença dos capitais especulativos acentuou a precarização das condições de sobrevivência dos grupos sociais menos favorecidos, por outro lado adensou os movimentos sociais de base, com a presença e apoio da Pastoral da Terra e de Organizações Não Governamentais (ONG). Para o historiador Renaildo Pereira, de Ibotirama, a Pastoral da Terra atua há décadas na região e é notória e antiga a participação ativa de lideranças femininas nos movimentos populares apoiados pela mesma (entrevista direta, 2015).

Portanto, os povos indígenas reterritorializados no Vale Sanfranciscano convivem há décadas com a presença de lideranças mulheres não índias, sendo essa uma prática socialmente já incorporada na cultura regional.

Uma outra especificidade a ser registrada é a emergência de novos grupos étnicos e o aumento do número de territórios indígenas<sup>9</sup>, os quais demandam o surgimento de novas lideranças nas comunidades localizadas no Vale. Arruti em 1995 apontou a presença de 23 etnias no Nordeste. Dados de

---

<sup>9</sup> A maior quantidade de territórios não tem relação direta com a regularização fundiária dos mesmos. Várias Terras Indígenas (TI) continuam aguardando homologação, que é realizada pela presidência da república. Segundo relatório do Conselho Missionário Indigenista (2015, p. 45), a atual gestão presidencial foi a que menos procedeu a regularização fundiária desde o fim da ditadura militar, com um média anual de 2,7 homologações, contra a média de 10 homologações de seu antecessor. A maior média anual é verificada no período de 1991 a 1992, com 56 homologações/ano.

2012 (IBGE, 2012) apontam 12 etnias<sup>10</sup> somente no médio e submédio cursos do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia.

Essa nova configuração socioespacial demanda a presença de lideranças a frente de cada comunidade, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais (somente lideranças masculinas) quando para além das questões de gênero tais grupos estão mais ocupados em lutar por demandas de sobrevivência imediata e reprodução de seu modo de vida, tais como acesso à terra, saúde, educação, geração de renda e o direito de serem cidadãos diferenciados perante o Estado brasileiro (MATOS, 2012).

Em 13 das 19 TI localizadas na área de estudo existe uma cacique mulher, e na TI Brejo do Burgo, localizada entre os limites de Rodelas, Glória e Paulo Afonso, dos 6 caciques da comunidade, 2 são mulheres.

Além desse cargo, existem também outros importantes na manutenção física, cultural e espiritual da comunidade: são os de pajé e rezadeira, na ausência da última, o pajé também realiza essa função. Outros cargos importantes na estrutura social e manutenção material dessas TI são os de agente de saúde, e aqueles relacionados às unidades escolares (gestores, professores).

O cargo de cacique é de fundamental importância em uma TI pois realiza a interlocução entre a comunidade e a sociedade envolvente. Quando um(a) cacique é escolhido(a) por sua comunidade, o escritório regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é comunicado, pois cada cacique é responsável por um quantitativo de famílias, também cadastradas na FUNAI e outros órgãos tais como secretaria de saúde.

A Cacique Maria Kiriri explicita a importância desse cargo em uma TI:

“Cada um tem sua função. A minha função é organizar a comunidade, é correr atrás de projetos, participar de reuniões fora, cuidar da comunidade [e] do bem estar dos índios. Essa é a função do cacique. Manter a comunidade unida e organizada” (Entrevista direta, 2015)

---

<sup>10</sup> Esse somatório refere-se apenas aos grupos étnicos e não a quantidade de Terras Indígenas (TI). Uma TI pode agrupar ou não mais de uma etnia, não existindo um padrão pré-fixado na organização desses grupos étnicos. Etnias presentes nas TI do Vale Sanfranciscano, BA: Atikum, Ava-Canoeiro, Kantaruré, Kiriri, Neo Pankararé, Pankarú, Tumbalalá, Truká, Truká Tupan, Tuxá, Pankararé, Xucuru-Kariri.

A mesma ressalta que a escolha de um novo cacique é feita pela comunidade e que no caso dela foi diferente, pois quando se deslocaram da TI de origem, em Banzaê, o então cacique, pai de Maria Kiriri, era responsável por 40 famílias. Na nova TI (TI Barra, em Muquém de São Francisco), havendo a necessidade de se passar o cargo, ela foi escolhida entre os nove irmãos, atribuindo ao fato, a sabedoria interna, sendo “iluminada não só por Deus mas também pelos [...] mestres Encantados que me ajudam e a minha comunidade”. (Entrevista direta, 2015)

Ressalta também o voluntariado do cargo, destinado a “servir a comunidade”. (op cit.) e tem a percepção de sua importância no desenvolvimento da territorialidade: “eu percebo que sou uma pessoa muito importante porque tudo o que eu corro atrás para eles eu consigo isso para mim é glória, vitória”. (op cit)

Nessa TI, a comunidade já dispõe de “duas escolas de ensino fundamental, centro de formação digital e posto médico [...] e todas as casas (de alvenaria) possuem energia elétrica” (SOUZA; COSTA, 2015, p. 38).

Os elementos imateriais que compõem o espaço geográfico e que são fundantes na construção de territorialidades não passam despercebidos pela cacique. Uma das pautas reivindicatórias junto a Secretaria Estadual de Educação é a contratação de um professor de tupi-guarani nas escolas da TI, pois os últimos falantes da língua original de seu povo morreram durante a Guerra de Canudos, no século XIX. (op cit.)

A comunidade sempre realiza o Toré; o artesanato Kiriri também é confeccionado e ensinado aos mais jovens e, nas reuniões do movimento indígena, o mesmo é levado para ser exposto e comercializado.

Na TI Truká Tupan (Paulo Afonso), sob a liderança da Cacique Maria Erineide, que há 09 anos levou as famílias lideradas para a terra que hoje territorializam, o visitante, ao chegar, é logo encaminhado a Oca Central (Figura 2), no meio da aldeia - única construção feita com adobão (as demais edificações, incluindo a escola e casas, são construídas de pau-a-pique) - onde assiste ao Toré, com a presença de todos os índios que, ao término da dança e cantoria, se apresentam individualmente, falando o seu nome seguido do sobrenome indicativo de sua etnia e sua função na comunidade.

Figura 2: Oca Central, Terra Indígena Truká Tupan, Paulo Afonso, BA.



Fonte: Gisele Costa. 21 abril 2015.

A Cacique Senhora (Maria Vicentina, da TI Pankararé, município de Glória), exercendo o cargo de cacique há seis anos - apesar da comunidade requerer a sua presença desde 1987, pleito que não foi aceito pela mesma, pois na época “tinha que criar os filhos e lidar com a terra” (Entrevista direta, 2015) – afirma com tranquilidade ser uma boa cacique e desempenhar bem as suas funções ao refletir que “o meu povo me obedece e eu obedeço meu povo” (op cit.)

Todas as caciques entrevistadas afirmam não haver diferenças no tratamento entre caciques homens e mulheres, tanto dentro das comunidades como em contato com outras instâncias da sociedade, inclusive durante os encontros do movimento indígena onde as trocas interétnicas e intergrupais são intensas. Somente uma das entrevistadas relatou que logo que foi eleita por sua comunidade um dos participantes da plenária demonstrou estranhamento pelo fato de se estar elegendo uma mulher para o cargo de cacique. No entanto, segundo relato da entrevistada, tempos depois a mesma pessoa a procurou para elogiar a sua gestão na TI.

Durante as entrevistas, quando questionadas sobre o seu papel como cacique mulher no desenvolvimento de sua comunidade, termos como “fortes” e “guerreiras” foram recorrentes nos discursos, apontando uma boa autopercepção sobre seu cacicado. Como afirma a Cacique Nininha

(Rosineide, da TI Pankararé no município de Rodelas), “[...] eu faço as coisas que são as certas a fazer e eu me acho muito importante nesse papel e eles [a comunidade] também reconhecem o meu papel” (Entrevista direta, 2015).

As entrevistadas (39% das caciques da área abrangida pelo estudo) apontam questões gerais do movimento indígena (regularização fundiária, acesso a saúde, educação diferenciada) como prioritárias em sua gestão, sem enfatizar questões específicas de gênero em sua pauta de atuação. Afirmam que o movimento é um só, envolvendo homens e mulheres sem distinção. Não se percebe nessas lideranças, portanto, um “discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero” (SACCHI, 2003).

A Cacique Maria Kiriri relata que participa do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) sediada em Brasília, mas que em 2015 não foi a nenhuma reunião devido as demandas em sua comunidade e a agenda de viagens para atender a tais demandas.

Isso não quer dizer, no entanto, que tais demandas não existam no âmbito das TI e que outras lideranças femininas não estejam buscando dialogar dentro e fora de suas comunidades a partir de uma perspectiva de gênero. A Sra. Patricia Atikum, da TI Pankararé em Glória, exerce um cargo de liderança na área de educação e criou coletivamente a Organização de Mulheres Indígenas Pankararé (OMIPA), com a participação de cinco mulheres que buscam, dentre outros objetivos, o fortalecimento da cultura indígena e a maior participação feminina nas esferas decisórias do movimento indígena (Entrevista direta, 2015).

Sacchi (2003) ao discutir a categoria empoderamento em uma perspectiva da mulher indígena, traz a contribuição de Moser (1991 apud SACCHI, 2003) que, ao tratar a relação entre poder e desenvolvimento indica a necessidade de aumento da autoconfiança e o controle sobre os recursos materiais e não materiais fundamentais. Transpondo essa discussão para o campo da Geografia, reafirma-se através desse discurso o empoderamento como premissa para construção de territorialidades.

A liderança da comunidade tem papel fundamental no empoderamento comunitário, aglutinando as energias criativas em prol de tal construção. Nas TI já visitadas, percebe-se que as territorialidades em construção são fruto de

todo o esforço coletivo sob a liderança da cacique. Grande parte desses grupos, inicialmente desterritorializados em razão da seca, fome, e falta de condições mínimas de sobrevivência, buscaram novos territórios no Vale Sanfranciscano na tentativa de condições mais dignas de vida.

Como comunidades tradicionais que dependem diretamente do território e das territorialidades construídas como meio de sua manutenção física, cultural e espiritual, desenvolvem uma identidade espacial que se manifesta como um sentimento de pertencimento ao “chão em que vivem”, o que transparece no discurso das entrevistadas: “Vida. Ele [índio] sem terra não é ninguém, se sente um peixe fora d’água. [Terra] é vida, é saúde, é tudo!”<sup>11</sup> (Cacique Maria Kiriri. Entrevista direta, 2015).

Igualmente a cacique Nininha assim se pronunciou:

“Para os povos indígenas a terra é tudo, como é que a gente vai viver porque a gente vive da terra, vive plantando, vive da roça e, se a gente não tiver a terra como é que a gente vai sobreviver? A terra é tudo” (Cacique Nininha Pankararé. Entrevista direta, 2015).

Essa relação de pertencimento também conceituada como “topofilia” por Tuan (1980), indica o elo afetivo que se manifesta no indivíduo em relação a um lugar. Além de tal relação fica evidenciado que a territorialidade, como um comportamento humano espacial revela-se como uma estratégia para acesso e controle sobre os recursos do território (SACK, 1983); e, na busca por formas e ações cada vez mais autônomas na gestão de seus recursos, de seu território e de sua própria existência, as comunidades indígenas vem ao longo das décadas criando e experienciando novos modelos de liderança e gestão, ultrapassando a barreira de gênero e (re)escrevendo sua própria geografia e história.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse texto, fruto de uma pesquisa em andamento com dados não conclusivos, indica caminhos para compreensão da trajetória de mulheres indígenas caciques na construção de territorialidades em suas comunidades.

---

<sup>11</sup> Ao serem questionadas sobre a importância da terra (utilizada no sentido de território) para o povo indígena.

Os caminhos percorridos pelos povos indígenas são marcados pela resistência ao genocídio e políticas institucionais de assimilação cultural, que Ribeiro (1973, p. 599) sinaliza como sucessivas tentativas de forçar os “indígenas a abandonar a teimosia de serem indígenas”.

Em um processo de resistência ativa, os povos indígenas no Nordeste brasileiro, intensificam a retomada identitária principalmente a partir da década de 1970, com o (re)surgimento de grupos étnicos com o pleito, junto ao Estado brasileiro, de seus territórios tradicionalmente ocupados ou de novos territórios.

O movimento indígena é consolidado no final dos anos 1980, com a promulgação da nova Constituição, que pela primeira vez na história brasileira, ultrapassa a perspectiva assimilacionista e integracionista dos povos indígenas e reconhece os “direitos originários” sobre seus territórios.

Apesar dos avanços na Constituição, a demarcação e principalmente a regularização de terras indígenas vem ocorrendo com muita lentidão e estes povos permanecem em uma situação de vulnerabilidade socioespacial, o que se expressa em números: dos 60.120 indígenas no Estado da Bahia, 43.303 residem fora de TI, o que significa que apenas 28% dessa população está territorializada em uma TI (IBGE, 2012). Convém lembrar, no entanto, que parte dessas terras ainda não se encontram regularizadas, inúmeras vezes com a permanência de conflitos fundiários envolvendo índios e não índios. Em 2014, a Bahia ficou em segundo lugar no total de casos de violência contra a pessoa indígena (CIMI, 2015, p. 174).

Na busca persistente pelo “comando autônomo de seu destino” (RIBEIRO, 1973) emergem novas formas de organização social com o empoderamento de mulheres indígenas caciques, cargo tradicionalmente ocupado por homens na estrutura hierárquica indígena.

As caciques do Vale Sanfranciscano vem buscando a melhoria das condições materiais em seus territórios bem como a manutenção e fortalecimento da cultura indígena.

Ainda que não se tenham dados conclusivos, singularidades podem apontar caminhos para a compreensão da presença marcante de caciques mulheres no Vale, tais como as trocas culturais com a sociedade não índia que

remontam o período da colonização, com forte carga de aculturação não sendo possível, assim, o engessamento dos modelos tradicionais de gênero.

A política de ordenamento territorial pelo qual vem passando o Vale Sanfranciscano desde meados do século XX com rebatimentos no processo de (re)territorialização dos povos indígenas, favoreceu o adensamento dos movimentos sociais de base, com o apoio da Pastoral da Terra e com a participação ativa de lideranças femininas, redistribuindo, assim, os papéis para homens e mulheres, e tornando a presença feminina em cargos de liderança uma prática socialmente já incorporada na cultura regional.

Há ainda de se ressaltar a emergência de novos grupos étnicos e suas lutas pela demarcação de territórios o que demanda novas lideranças, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais pautados na questão de gênero.

Tais especificidades aqui apontadas situam a presença marcante de caciques mulheres em um quadro geohistórico regional onde a sua atuação vem possibilitando a (re)construção de territorialidades pelos povos indígenas. Buscando a sustentabilidade socioeconômica como base para as demais conquistas, não se percebe no discurso das caciques, no entanto, uma pauta reivindicatória específica para a questão de gênero; ainda que esta não possa estar presente no cotidiano das comunidades.

As experiências políticas contemporâneas dessas caciques indicam um reposicionamento das mulheres no movimento indígena, contribuindo na sua complexificação, e trazendo o debate sobre a questão de gênero na atual fase do movimento indígena.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 57-94.

\_\_\_\_\_. Etnogêneses indígenas. In: Ricardo, B; Ricardo, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto socioambiental, 2006. p. 50-54.

BAINES, Stephen Grant. *Identidades Indígenas e ativismo político no Brasil: depois da constituição de 1988*. Série Antropologia, Vol. 418. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em : 22 jul. 2012.

BRASILEIRO, Sheila. O “caso Kiriri”. In: SANTO, M. A. do E. (Org.). *Política indigenista: leste e nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI, 2000. p. 79 – 86.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2014. Brasília: CIMI, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169 – 190.

\_\_\_\_\_. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência – setembro de 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)> . Acesso em 01 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo, Anais, São Paulo, p. 6774 – 6792.

\_\_\_\_\_. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 165 – 206.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485 – 506.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília, 2002. p. 01 – 31. Disponível em: <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/uploads/paullittle.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140 – 171.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em 19 set. 2015.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. 2.e. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*: repensar a reforma, reformar o pensamento. 15 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. *O tronco da Jurema*: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste: o caso Kiriri. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1994, 324 p.

\_\_\_\_\_. O povo indígena Kiriri. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995. p. 67 – 72.

OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Ines. Acesso à terra e desenvolvimento territorial no médio São Francisco. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 22 a 25 de julho de 2007, Universidade Estadual de Londrina, Apresentação Oral - Desenvolvimento territorial e ruralidade, Londrina, p. 01 – 17.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste. In: *PETI, Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil*. Atlas das terras indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993.

\_\_\_\_\_. Fronteiras étnicas e identidades emergentes. In: Ricardo, B; Ricardo, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto socioambiental, 2006. p. 477 – 479.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. O que é empoderamento (Empowerment). SaPlência: Informativo científico da FAPEPI. Junho de 2006, N. 08, Ano III. Teresina: Piauí. Disponível em <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em 13 ago. 2012.

RAFFESTIN, CLaude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. Indigenato e campesinato. *Revista de Cultura Vozes*. Ano 73, Vol. LXXIII, N. 08, 1979. p. 589 – 602.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, ano 7, vol. 14 (1 e 2), p. 95 – 110. 2003. Disponível em:  
<<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/22/25>>. Acesso em 01 out. 2015.

SACK, Robert D. Human territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 73, No. 1, Mar., 1983, p. 55-74.

SALLES, Conceição G. Nóbrega L. de; SALLES, Sandro Guimarães de. Religião e políticas indigenistas no Nordeste colonial. 2013. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. v. 3, n. 1, dez. 2013. P. 185 – 205. Disponível em:  
<<http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/download/299/277>>. Acesso em: 23 ago.2015.

SANTOS, Milton. 1999. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*. Ano. 1. N. 1. 1999. p. 07 – 13. Disponível em:  
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Acesso em 03 nov. 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7. ed. São Paulo: Record, 2005.

SILVA, Joseli Maria (Org.) *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. *A (des)territorialização do povo Xucuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas*. Dissertação de Mestrado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77 – 116.

SOUZA, Rainer. *Escravidão indígena*. Disponível em:  
<<http://www.brasilecola.com/historiab/escravidao-indigena.htm>>. Acesso em 03 maio 2014.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; COSTA, Gisele das Chagas. *Bom Jesus da Lapa: caminhos da fé – rio São Francisco*. Salvador: Unifacs, 2015.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980